

2013

Handwritten signature and a circular stamp.

Accive Insurance – Corretor de Seguros, S.A.

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Exercício de 2013

Unidade monetária: euros

A Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., é uma sociedade anónima com sede Rua António Nicolau de Almeida, nº 45, 2º andar, sala 2.10, 4100-320 Porto e tem por objecto principal a mediação de seguros e consultoria financeira e de crédito.

A sociedade é detida pela Sartorial, SA., com sede na Rua do Passeio Alegre, nº 576, 4150-573 Porto.

1. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

1.1. Base de Preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as disposições do SNC emitidas e em vigor à data de Janeiro de 2011. Para o efeito foi considerado como data de transição do normativo POC o dia 1 de Janeiro de 2009.

As políticas contabilísticas adoptadas a 31 de Dezembro de 2013 são idênticas às adoptadas na preparação das demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2012.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adoptar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos activos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas nas notas 1.5 a 1.7.

1.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem directamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

1.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

1.4. Juízos de valor

- Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros comercializados nos mercados activos é determinado com base nos preços do mercado de cotação à data de balanço.

O preço do mercado usado para os activos financeiros da empresa é o preço recebido pelos accionistas no mercado corrente. O preço do mercado para os passivos financeiros é o preço a pagar no mercado corrente.

O valor nominal dos activos a receber de clientes e terceiros em geral, ajustado pelas respectivas perdas por imparidade, bem como o valor nominal dos passivos de fornecedores e terceiros em geral é assumido como estando próximo do seu justo valor.

O justo valor dos passivos financeiros é estimado actualizando os fluxos de caixa futuros contratualizados à taxa de juro do mercado corrente que está disponível para instrumentos financeiros similares.

1.5. Principais pressupostos relativos ao futuro

-Estimativas e pressupostos críticos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros factores, incluindo expectativas sobre eventos futuros que se acredita serem razoáveis nas circunstâncias em causa.

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito, a empresa faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados foram confirmados no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

A empresa reconhece passivos para liquidações adicionais de impostos que possam ser provenientes de revisões efectuadas pelas autoridades fiscais. Quando o resultado final das inspecções fiscais é diferente dos valores inicialmente registados, as diferenças terão impacto no imposto sobre o rendimento e nos impostos diferidos, no período em que tais diferenças são identificadas.

1.6. Principais fontes de incerteza das estimativas

A actividade da empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

A empresa detém um programa de gestão do risco que foca a sua análise nos mercados financeiros procurando minimizar os potenciais efeitos adversos desses riscos na performance financeira da empresa.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento financeiro, com base nas políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza coberturas de riscos financeiros em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo. A Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez.

Risco Taxa de Juro

A Administração da Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., não tem considerado nos últimos exercícios a hipótese de cobertura de risco relativamente a variação da taxa de juro. Em consequência, toda a dívida remunerada vence juros a taxa variável. Empréstimos emitidos com taxas variáveis expõem a empresa ao risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O risco taxa de juro resulta dos contratos de financiamento obtidos.

Como a empresa não tem activos remunerados com juros significativos, o lucro e os fluxos de caixa da actividade de financiamento são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta dos saldos a receber. O risco de crédito é avaliado pela Direcção Financeira da empresa, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da Empresa. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito é reduzido.

Risco de Liquidez

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, é feita, no essencial, pela existência de linhas de crédito imediatamente disponíveis. Estas facilidades asseguram à Empresa uma capacidade de liquidar posições num prazo bastante curto, permitindo a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção de um valor suficiente em caixa e depósitos bancários, e da disponibilidade de facilidades de crédito. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento anual que é revisto trimestralmente e ajustado diariamente.

Risco de capital

O objectivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos accionistas e os correspondentes benefícios aos restantes stakeholders da empresa. Para a prossecução deste objectivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura óptima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos accionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por aumentar o capital social por emissão de acções e venda de activos entre outras medidas.

A sociedade procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida+capital próprio)) com o objectivo de o situar num intervalo confortável.

2. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

2.1. Investimentos

Subsidiárias

São consideradas como subsidiárias as empresas nas quais a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto, ou detenha o poder de controlar a respectiva gestão, nomeadamente nas decisões da área financeira e operacional. Os investimentos em subsidiárias são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

Associadas

São consideradas como empresas associadas as empresas onde a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., tem uma influência significativa mas não o controlo da gestão. Em termos jurídicos esta influência acontece normalmente nas empresas em que a participação se situa entre os 20% e os 50% dos direitos de voto. Os investimentos em associadas são mensurados pelo método de equivalência patrimonial.

A parte da empresa nos ganhos ou perdas pós-aquisição das empresas associadas é reconhecida na Demonstração dos Resultados e a parte dos movimentos em Reservas pós-aquisição são reconhecidos em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados contra o valor escriturado do Investimento na Associada. Quando a parte da empresa nas perdas da Associada iguala ou excede o seu interesse de médio e longo prazo, a empresa não reconhece perdas adicionais, a não ser que tenha incorrido em obrigações ou efectuado pagamentos por conta da associada.

Caso existam restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora ou, as partes de capital sejam adquiridas e detidas exclusivamente com a finalidade de venda num futuro próximo é utilizado o método do custo.

2.2. Activos Fixos Tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Os bens do activo fixo tangível são originalmente registados ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção.

As despesas correntes com a manutenção e reparação são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efectivação, são capitalizados.

Os activos fixos tangíveis são apresentados ao custo de aquisição, líquido das respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos, que reflectem satisfatoriamente a respectiva vida útil esperada:

Activo fixo Tangível	Anos de vida útil
Equipamento Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	Entre 3 e 10 anos

A depreciação inicia-se no mês em que o respectivo bem entrou em funcionamento, de acordo com as taxas máximas definidas no Decreto Regulamentar nº 25/09. Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de amortização são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do balanço.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

As vidas úteis dos activos são revistas em cada de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos activos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados.

2.3. Imparidade de activos

Os activos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objecto de testes de imparidade anuais. Os activos sujeitos a amortização são testados para determinação de eventuais imparidades sempre que ocorram eventos ou alterações nas circunstâncias, que originem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é determinada pelo excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo menos os gastos inerentes à sua venda e o seu valor de uso.

O valor de uso dos investimentos financeiros é calculado com base em projecções de fluxos de caixa futuros baseadas em orçamentos financeiros aprovados pelos gestores, cobrindo um período de 5 anos.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respectiva perda por imparidade na demonstração de resultados. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O Conselho de Administração determina a margem bruta orçada com base na performance passada e nas suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de crescimento média ponderada utilizada é consistente com as previsões incluídas nos

relatórios do sector. As taxas de desconto utilizadas são antes de impostos e reflectem riscos específicos relacionados com os activos da subsidiária, associada ou empreendimento conjunto.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

2.4. Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dividas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

2.5. Caixa e equivalentes a caixa

O montante incluído em "Caixa e equivalentes a caixa" inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a três meses, e para os quais os riscos de alteração de valor não são significativos. Os valores a descoberto de contas de depósitos bancários estão incluídos em "Financiamentos Obtidos".

2.6. Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa no momento em que os dividendos são aprovados pelos accionistas.

2.7. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. O imposto sobre o rendimento apresentado na demonstração dos resultados é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando para efeitos fiscais a empresa isoladamente.

Reconhece-se, ao nível do balanço e da demonstração dos resultados, a diferença entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte um encargo efectivo ou um proveito recuperável num futuro previsível.

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo, e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. No entanto, se o imposto diferido surge pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial ou que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, este não é contabilizado. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido activo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para utilização da diferença temporária.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de activos e passivos, que não resultem de uma concentração de actividades, e que à data da transacção não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, excepto quando a empresa seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não reverta no futuro previsível.

2.8. Benefícios de empregados

A empresa reconhece um passivo e o respectivo custo no exercício sempre que existam bónus atribuíveis a um conjunto alargado de colaboradores. Estes benefícios são baseados em fórmulas que têm em conta o cumprimento de objectivos individuais.

2.9. Provisões

São reconhecidas provisões quando a empresa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante possa ser estimado com fiabilidade.

São reconhecidas provisões para cessação de emprego quando exista um plano detalhado (com indicação do nº de empregados, do departamento a que pertencem e da antiguidade e salário médios considerado para efeitos de cálculo da indemnização) e não haja possibilidade realista de retirada.

Quando há um número de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo é determinada em conjunto.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

2.10. Subsídios e apoios do Governo

A Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos activos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

Os apoios do Governo sob a forma de atribuição de financiamentos reembolsáveis a taxa bonificada, devem ser descontados na data do reconhecimento inicial, constituindo o valor do desconto o valor do subsídio a amortizar pelo período do financiamento.

2.11. Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efectuados em locações operacionais (deduzidos de eventuais incentivos recebidos do locador) são reflectidos na demonstração de resultados pelo método das quotas constantes, pelo período da locação.

Locações de activos tangíveis onde a empresa tem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade são classificadas como locações financeiras. As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As obrigações da locação, líquidas de encargos financeiros, são incluídas em Passivos não correntes - Financiamentos obtidos, excepto a respectiva componente de curto prazo. A parcela dos juros é levada a gastos financeiros no período da locação, de forma a produzir uma taxa constante periódica de juros sobre a dívida remanescente em cada período. Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o prazo da locação.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando a Empresa não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a Empresa tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

2.12. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como activos ou passivos, se qualificarem como tal.

2.13. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ ou serviços no decurso normal da actividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Vendas

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para a Empresa ; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

Prestações de serviços

A prestação de serviços é reconhecida no período contabilístico em que os serviços são prestados, com referência à fase de acabamento da transacção à data do balanço.

Juros

Os juros são reconhecidos tendo em consideração a proporção do tempo decorrido e o rendimento efectivo do activo.

Quando uma conta a receber se encontra em imparidade, a empresa reduz o seu valor contabilístico para o valor recuperável, sendo este igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo. O desconto é reconhecido como proveito financeiro.

2.14. Alterações de políticas, estimativas e erros

Alterações resultantes da aplicação inicial de uma Norma ou Interpretação são efectuadas de acordo com as disposições transitórias específicas.

Alterações de políticas contabilísticas na aplicação inicial de uma Norma ou Interpretação que não contenha disposições transitórias específicas, são aplicadas retrospectivamente.

As estimativas são revistas em consequência de nova informação ou maior experiência. O efeito de uma alteração de estimativa contabilística é reconhecido prospectivamente, incluindo-o (a) no Resultado do período da alteração, se a alteração apenas afecta esse período; ou (b) no período da alteração e períodos futuros, se for o caso.

Os erros materiais descobertos em períodos subsequentes são corrigidos retrospectivamente nas primeiras Demonstrações Financeiras após a sua descoberta através de:

(a) reexpressão dos valores comparativos do período anterior apresentado onde ocorreu o erro; ou

(b) reexpressão do saldo de abertura dos activos, passivos e capitais próprios do período mais antigo apresentado, se o erro ocorreu antes do período mais antigo apresentado.

3. Fluxos de caixa

3.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresentam os seguintes valores:

Descrição	2013	2012
Caixa e depósitos bancários		
Activos		
Caixa		
Depósitos à ordem	2.736,81 €	13.552,74 €
Outros depósitos bancários		
Caixa e equivalentes de caixa	2.736,81 €	13.552,74 €

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

Descrição	2013	2012
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	2.736,81 €	13.552,74 €
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	2.736,81 €	13.552,74 €

4. Partes relacionadas

4.1 Remunerações do Pessoal Chave

Os membros do Conselho de Administração são considerados os elementos chave da gestão.

Rubrica	2013	2012
Total Remunerações	36.802,83 €	35.978,46 €

4.2 Transacções entre Partes Relacionadas

As transacções e saldos entre partes relacionadas decorrem de operações comerciais normais.

(a) transacções e saldos pendentes:

Saldos

Empresa	Natureza do relacionamento	2013	2012
Activo			
Accive Insurance - Consultoria e Franchising, Lda.	Empréstimo	145.149,07 €	109.031,01 €
Sartorial, S.A.	Empréstimo	250.097,92 €	354.846,43 €
Total		395.246,99 €	463.877,44 €

O valor do empréstimo à Accive Franchising é em 2013 e 2012 apresentado em "Outras contas a Receber".

Saldos

Empresa	Natureza do relacionamento	2013	2012
Passivo			
Sartorial, S.A.	Empréstimo	0,00 €	30.000,00 €
Sartorial, S.A.	Fornecedores	0,00 €	101,99 €
Total		0,00 €	30.101,99 €

Transacções

Empresa	Natureza do relacionamento	2013	2012
Sartorial, S.A.	FSE	0,00 €	77,99 €
Sartorial, S.A.	O. Gastos e Perdas	0,00 €	24,00 €
Total		0,00 €	101,99 €

Os empréstimos concedidos à accionista têm carácter de curto prazo, uma vez que têm prazo de vencimento de 6 meses, sendo automaticamente renováveis excepto se houver renúncia das partes. Os empréstimos obtidos da accionista têm carácter de curto prazo, dado que se destinam a suprir necessidades pontuais de tesouraria.

5. Activos fixos tangíveis

5.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2013 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

Rubricas	31 de Dezembro de 2012					Saldo em 31-Dez-12
	Saldo em 01-Jan-12	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte	4.000,00 €					4.000,00 €
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	26.688,46 €					26.688,46 €
Outros activos fixos tangíveis						
Outras immobilizações						
Invsetimentos em curso						
	30.688,46 €					30.688,46 €
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte	2.000,00 €	1.000,00 €				1.000,00 €
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	25.093,17 €	1.595,29 €				26.688,46 €
Outros activos fixos tangíveis						
	27.093,17 €	2.595,29 €	0,00 €			27.688,46 €
Valor Líquido	3.595,29 €					1.000,00 €

Rubricas	31 de Dezembro de 2013					Saldo em 31-Dez-13
	Saldo em 01-Jan-13	Aquisições	Alienações	Abates	Outras Operações	
Custo:						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte	4.000,00 €		4.000,00 €			0,00 €
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	26.688,46 €			7.597,79 €		19.090,67 €
Outros activos fixos tangíveis						
Outras imobilizações						
Invsetimentos em curso						
	30.688,46 €		4.000,00 €	7.597,79 €		19.090,67 €
Depreciações acumuladas:						
Edifícios e outras construções						
Equipamento básico						
Equipamento de transporte	3.000,00 €		3.000,00 €			0,00 €
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	26.688,46 €			7.597,79 €		19.090,67 €
Outros activos fixos tangíveis						
	29.688,46 €		3.000,00 €	7.597,79 €		19.090,67 €
Valor Líquido	1.000,00 €		1.000,00 €	0,00 €		0,00 €

5.2. Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros activos, durante um período.

O gasto com depreciação e amortização de activos fixos tangíveis no período foi de 0,00 euros uma vez que os activos existentes a 31 de Dezembro de 2013 já se encontravam totalmente depreciados. Em 2012 esse valor foi de 2.595,29 euros.

5.3. Locação Financeira

A 31 de Dezembro de 2013, não existiam bens utilizados em regime de locação financeira.

6. Participações financeiras – método equivalência patrimonial

(a) Listagem dos investimentos significativos em subsidiárias, entidades conjuntamente controladas e associadas a 31 de Dezembro de 2013;

Empresa	Capital Social	% de Participação	Custo	Valor escriturado	CP	Result. ano
Custo:						
Accive Insurance - Consultoria e Franchising, Lda.	10.000,00 €	100%	65.000,00 €	-61.965,91 €	-128.674,93 €	-38.740,78 €
Accive Insurance - Cabo Verde, SA.*		50%	13.603,59 €			
			78.603,59 €	-61.965,91 €	-128.674,93 €	-38.740,78 €

*Empresa constituída no final de 2007 ainda sem actividade, com capital de 2.500.000\$00 (escudos Cabo Verdianos), mas que nunca chegou a desenvolver a actividade, motivo pelo qual foi constituída uma imparidade pelo valor do investimento em exercícios anteriores.

Subsidiárias:

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor das Participações Financeiras foi o seguinte:

Descrição	Accive Franchising	Accive Cabo Verde	Total
1 de Janeiro de 2012	34.098,86 €	0,00 €	34.098,86 €
Aplicação MEP	-57.323,99 €		-57.323,99 €
31 de Dezembro de 2012	-23.225,13 €	0,00 €	-23.225,13 €
Aplicação MEP	-38.740,78 €		-38.740,78 €
31 de Dezembro de 2013	-61.965,91 €	0,00 €	-61.965,91 €

Pelo efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial foi relevada no período uma Provisão para Outros Riscos e Encargos no valor de 38.740,78 €, correspondente ao prejuízo do exercício obtido pela subsidiária.

A informação financeira utilizada para a aplicação do método da equivalência patrimonial corresponde à informação incluída nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2013 e 2012, apresentadas pelas empresas associadas.

A diferença entre os Capitais Próprios negativos da Accive Franchising e o valor da Provisão para Outros Riscos e Encargos corresponde a Goodwill de aquisição da participada.

Não existe qualquer imparidade do goodwill à data do balanço.

(b) Descrição do método usado para contabilizar os investimentos listados na alínea (a).

Método da equivalência patrimonial

7. Clientes

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

Rubrica	2013	2012
Clientes - Corrente		
Clientes c/c	0,00 €	6.365,61 €
Clientes - Titulos a Receber		
Clientes - Resp. por Letras Descontadas		
Clientes de cobrança duvidosa		
	0,00 €	6.365,61 €
Perdas por imparidade acumuladas	0,00 €	0,00 €
	0,00 €	6.365,61 €

8. Estado e outros entes públicos

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos são os seguintes:

Rubricas	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC)	6.168,40 €	8.407,79 €	6.372,59 €	7.698,86 €
Pagamento por Conta - Pag. Esp. Por Conta	6.168,40 €		6.372,59 €	
Retenções na fonte				7.698,86 €
Imposto estimado				
Imposto a pagar		8.407,79 €		
Imposto a recuperar				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	0,00 €	6.416,24 €	0,00 €	3.105,55 €
Trabalho dependente		3.801,77 €		1.125,30 €
Trabalho independente		1.789,47 €		1.980,25 €
Prediais		825,00 €		
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contribuições para a segurança social		4.302,48 €		3.162,77 €
Total	6.168,40 €	19.126,51 €	6.372,59 €	13.967,18 €

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 são detalhados como se segue:

Descrição	2013	2012
Resultado antes de impostos	-72.370,55 €	-153.821,26 €
Custos não Dedutíveis	65.867,98 €	59.693,77 €
Taxa de imposto	25,00 %	25,00%
Imposto sobre o rendimento	8.407,79 €	7.698,86 €

O montante dos custos não dedutíveis é essencialmente relativo aos efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial no valor de 38.740,78 €, correcções relativas a períodos de tributação anteriores no valor de 17.807,21 € e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de activos financeiros no valor de 5.976,05 €.

O valor de Imposto sobre o Rendimento de 2013 é referente a Tributações Autónomas no valor de 7.601,38 € , acrescido de 806,41 € referente a insuficiência da estimativa para impostos do exercício anterior.

Não foi relevado Imposto Diferido Activo sobre os prejuízos fiscais apurados nos exercícios de 2011, 2012 e 2013 dada a incerteza quanto à sua realização.

O montante de prejuízos fiscais disponíveis ascende a 194.128,11 €, os quais podem ser utilizados (limitado a 70% do lucro tributável no exercício da dedução), no valor de 96.082,42 € até ao exercício de 2015, no valor de 91.543,12 € até ao exercício de 2017 e no valor de 6.502,57 € até ao exercício de 2018.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante o período de quatro anos (cinco anos para a segurança social) excepto quando (i) tenha havido prejuízos fiscais, (ii) tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou (iii) estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

Deste modo as declarações fiscais da Empresa poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão e eventuais correcções.

A Administração da Empresa Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA, entende que as correcções, resultantes de revisões ou inspecções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de Dezembro de 2013.

9. Accionistas

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a decomposição da rubrica de Accionistas, é como se segue:

Descrição	31-Dez-13	31-Dez-12
Activo Corrente		
Accionistas	250.097,92 €	354.846,43 €
Total do Activo	250.097,92 €	354.846,43 €
Passivos Não Corrente		
Accionistas		
Passivos Corrente		
Accionistas	0,00 €	30.000,00 €
Total do Passivo	0,00 €	30.000,00 €
Total Líquido	250.097,92 €	324.846,43 €

Ver Nota 4.2. acima.

Por deliberação dos accionistas de 31 de Dezembro de 2012 foram utilizados créditos no valor de 375.035,18 euros para cobertura de prejuízos.

10. Outras contas a receber

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

Descrição	31-Dez-13		31-Dez-12		31-Dez-11 Reexpresso	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outras contas a receber						
Devedores por acréscimos de rendimento	60.513,94 €		62.874,72 €		97.690,36 €	
Devedores Franchisados	16.319,15 €		42.685,45 €		69.281,89 €	
Devedores Companhias	52.428,34 €		53.760,72 €		70.344,18 €	
Outros Devedores	158.922,90 €	38.134,36 €	148.498,82 €	30.625,42 €	19.961,86 €	48.125,05 €
Clientes de cobrança duvidosa	29.509,80 €		5.150,43 €		5.150,43 €	
Pessoal	0,00 €		3.928,80 €		5.007,40 €	
	317.694,13 €	38.134,36 €	316.898,94 €	30.625,42 €	246.244,64 €	48.125,05 €
Perdas por imparidade acumuladas	-29.509,80 €		-5.150,43 €		-5.150,43 €	
	288.184,33 €	38.134,36 €	311.748,51 €	30.625,42 €	241.094,21 €	48.125,05 €

O saldo não corrente respeita a um mútuo celebrado em 2011 com um franchisado a liquidar em 4 anos, cujo valor em dívida em 31 de Dezembro de 2013, ascende a 48.688,43 €.

Em 2013 este contrato foi renegociado sendo definidas novas condições de reembolso.

O montante corrente de outros devedores inclui um empréstimo à participada Accive Franchising no valor de 145.149,07 €.

Ajustamento de clientes

Ajustamentos de Clientes	2013	2012
A 1 de Janeiro	5.150,43 €	5.150,43 €
Aumentos	24.359,37 €	
Utilizações		
Reduções		
A 31 de Dezembro	29.509,80 €	5.150,43 €

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

11. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a Empresa tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

Descrição	2013	2012
Gastos a reconhecer		
Seguros	439,79 €	497,22 €
Outros gastos a reconhecer		
Total	439,79 €	497,22 €

12. Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

Descrição	2013	2012
Numerário		
Depósitos bancários	2.736,81 €	13.552,74 €
Aplicações tesourárias		
Caixa e equivalentes de caixa	2.736,81 €	13.552,74 €
Descobertos bancários	0,00 €	0,00 €
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	2.736,81 €	13.552,74 €

13. Capital

Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2013, todo o capital social, encontrava-se totalmente subscrito e realizado.

No presente exercício não houve qualquer variação no capital social.

O capital social é de 51.000,00 euros, representado por 10.200 acções com o valor nominal de 5,00 euros cada.

14. Outros instrumentos capital próprio

A rubrica "Outros instrumentos de capital próprio" refere-se a prestações acessórias efectuadas pela accionista para as quais não existe prazo de reembolso ou remuneração.

15. Reservas Legais

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social), pelo que um mínimo de 5% dos resultados é destinado à sua dotação. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

16. Resultados Transitados

Descrição	2013	2012
Saldo Inicial	-112.873,50 €	-359.617,42 €
Resultado líquido 2011	0,00 €	0,00 €
Resultado Líquido 2012	-104.196,13 €	-128.291,26 €
Erros de períodos anteriores a 2011 (a)		
Cobertura de prejuízos transitados (b)		375.035,18 €
Total	-217.069,63 €	-112.873,50 €

17. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, a rubrica Financiamento obtidos, por via de empréstimos apresentava a seguinte decomposição:

Financiamentos Obtidos	31 de Dezembro de 2013			31 de Dezembro de 2012		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Instituições de crédito e sociedades financeiras						
Empréstimos						
Conta Caucionada – Dinâmica MBCP	63.000,00 €	0,00 €	63.000,00 €	76.000,00 €	0,00 €	76.000,00 €
Outros Financiadores						
AXA – Empréstimo Nº 89936	217.199,15 €	17.382,68 €	234.581,83 €	112.088,65 €	119.875,30 €	231.963,95 €
Zurich	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10.204,54 €		10.204,54 €
Total	280.199,15 €	17.382,68 €	297.581,83 €	198.293,19 €	119.875,30 €	318.168,49 €

O Empréstimo não corrente respeita a uma linha de financiamento obtida junto da Axa – Companhia de Seguros em Fevereiro de 2010, com um prazo de 5 anos e uma taxa de juro de 3%.

O saldo com a Zurich a 31 de Dezembro de 2012 respeita a um contrato de confissão de dívida celebrado em Dezembro de 2012 e que foi liquidado em 12 prestações mensais com início em Janeiro de 2013. Esta dívida foi em simultâneo este assumida por um parceiro, estando o montante remanescente a receber reconhecido em Outras Contas a Receber (Ver Nota 10. acima).

18. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	2013	2012
Passivos		
Fornecedores - corrente		
Fornecedores Terceiros	1.472,60 €	798,46 €
Fornecedores Grupo	0,00 €	101,99 €
Total do Fornecedores c/c	1.472,60 €	900,45 €

19. Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 a rubrica "Outras contas a pagar correntes" pode ser detalhada como segue:

Descrição	2013		2012	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Passivo				
Outras contas a pagar				
Credores por acréscimo de gasto				
Remunerações a liquidar	12.437,60 €		22.722,52 €	
Juros a liquidar	6.405,18 €			
Outros credores por acréscimo de gasto	3.981,06 €		26.622,07 €	
Comissões franchisados	117.427,66 €		93.082,74 €	
Credores Companhias	114.782,51 €		149.709,67 €	
Outros Credores	99,95 €		15.249,71 €	
Perdas por imparidade acumuladas	0,00 €		0,00 €	
Outras contas a pagar	255.133,96 €		307.386,88 €	

20. Vendas e Prestações de Serviços

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

Réditos	31 de Dezembro de 2013			31 de Dezembro de 2012			31 de Dezembro de 2011 Reexpresso		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de Mercadorias									
Prestações de Serviços	599.058,46 €		599.058,46 €	678.649,72 €		678.649,72 €	543.157,81 €		543.157,81 €
	599.058,46 €		599.058,46 €	678.649,72 €		678.649,72 €	543.157,81 €		543.157,81 €

A totalidade das prestações de serviços é realizada no mercado nacional.

21. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos" apresentava em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o seguinte detalhe:

Fornecimentos e Serviços Externos	2013	2012
Serviços especializados	440.988,45 €	507.969,94 €
Comissões	436.559,09 €	501.185,04 €
Conservação e reparação	3.790,37 €	4.997,54 €
Outros	638,99 €	1.787,36 €
Materials	1.110,09 €	674,32 €
livros e Documentação técnica	0,00 €	19,55 €
Material de escritório	1.110,09 €	654,77 €
Energia e fluidos	13.195,36 €	11.574,36 €
Electricidade	1.321,12 €	1.137,77 €
Combustíveis	11.874,24 €	9.985,28 €
Água	0,00 €	451,31 €
Deslocações, estada e transportes	6.030,95 €	11.126,61 €
Deslocações e estadas	6.030,95 €	11.126,61 €
Serviços diversos	37.928,26 €	32.388,03 €
Rendas e alugueres (a)	26.457,53 €	23.724,06 €
Comunicação	2.081,33 €	1.495,79 €
Seguros	2.655,48 €	2.683,65 €
Contencioso e notariado	131,00 €	108,60 €
Limpeza, higiene e conforto	0,00 €	37,96 €
Outros serviços	6.602,92 €	4.337,97 €
Total	499.253,11 €	563.733,26 €

22. Gastos com o pessoal

A rubrica de "Gastos com o Pessoal" apresentava em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o seguinte detalhe:

Gastos com o Pessoal	2013	2012
Remunerações órgãos sociais	36.802,83 €	35.978,46 €
Remunerações do pessoal	99.948,44 €	93.964,34 €
Encargos sobre remunerações	29.630,58 €	31.144,36 €
Seguros de acidentes no trabalho	1.069,71 €	1.011,43 €
Outros gastos com pessoal	0,00 €	0,00 €
Total	167.451,56 €	162.098,59 €

O nº médio de funcionários à data de 31 de Dezembro de 2013 é de 8 (2012: 9), os quais incluem 1 administrador remunerado.

23. Outros rendimentos e ganhos e outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros Rendimentos e Ganhos e Outros Gastos e Perdas" apresentava em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 o seguinte detalhe:

Outros Rendimentos e Ganhos	2013	2012
Outros Rendimentos e Ganhos		
Rendimentos e ganhos nas restantes activos financeiros	3,56 €	7,12 €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	20,00 €	0,00 €
Outros	89.972,72 €	224,80 €
Total	89.996,28 €	231,92 €

Outros Gastos e Perdas	2013	2012
Outros Gastos e Perdas		
Impostos	3.684,37 €	4.487,24 €
Outros juros	0,00 €	0,00 €
Outros gastos e perdas	21.044,07 €	26.856,07 €
Total	24.728,44 €	31.343,31 €

O valor de Outros em Outros Rendimentos e Ganhos é essencialmente relativo a regularizações de contas correntes (no montante de 83.791,06 €).

A rubrica de Outros gastos e perdas inclui correcções relativas a períodos anteriores no valor de 17.807,21 €. Em 2012, essa rubrica incluía um excesso de estimativa de comissões a receber das seguradoras de anos anteriores no valor de 20.647,79 €.

24. Gastos e Rendimentos Financeiros

Os gastos e rendimentos de financiamento em 2013 e 2012 apresenta-se como segue:

	2013	2012
Juros e Gastos Similares Suportados		
Juros de mora	20,15 €	30,58 €
Outros juros	10.532,61 €	15.577,64 €
Outros gastos similares suportados		
Total	10.552,76 €	15.608,22 €
Juros obtidos		
De outros financiamentos concedidos	1.668,01 €	0,00 €
Outros rendimentos similares	66,72 €	0,00 €
Total	1.734,73 €	0,00 €
Custo do financiamento líquido	-8.818,03 €	-15.608,22 €

Os juros suportados respeitam ao empréstimo de longo prazo contraído junto da Axa – Companhia de Seguros.

Os juros obtivos respeitam ao empréstimo de longo prazo concedido aos parceiros António Vieira/Armando Giesta.

25. Compromissos

Não existiam compromissos para investimento assumidos à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

26. Contingências

Garantias bancárias

Em 31 de Dezembro de 2013 a responsabilidade por garantias prestadas, no montante de 18.760 euros, respeita ao ISP.

Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2013, a Accive Insurance – Corretor de Seguros, SA., não tinha processos em curso avaliados como passivos contingentes.

27. Informações exigidas por Diplomas

Conforme requerido pela Norma do ISP Legais nº 15/2009-R de 30 de Dezembro de 2010 no seu artigo nº 4, passamos a apresentar nos seguintes mapas a informação requerida. As alíneas cuja sequência e numeração se encontrem ausentes nesta nota não são aplicáveis à empresa:

1 a) As comissões auferidas das seguradoras são reconhecidas quando se verifica a cobrança dos prémios de seguros, sendo que as comissões extra são consideradas no exercício a que respeitam, quando o seu montante possa ser estimado com fiabilidade;

1 b) A totalidade das remunerações no valor de 599.058,46 euros respeita a comissões.

1 c)

Seguradora	Ramo Vida	Ramo não Vida	Total
Açoreana Companhia de Seguros, SA	793,45	144.910,54	145.703,99
Allianz Portugal Companhia Seguros, SA	3.811,99	24.739,67	28.551,66
AIG - Chartis		1.685,50	1.685,50
April		42.380,19	42.380,19
ARAG		49,57	49,57
Axa Companhia de Seguros Vida, SA	-6.537,55		-6.537,55
Axa Companhia de Seguros, SA		-43.010,78	-43.010,78
Best Doctors, Inc		111,60	111,60
Companhia de Seguros Vitoria Vida	869,66		869,66
Fidelidade Mundial Companhia de Seguros, SA		19.550,03	19.550,03
Generali Companhia de Seguros, SA		96.188,46	96.188,46
Generali Vida Companhia de Seguros, SA	2.516,53		2.516,53
Império Bonança Companhia de Seguros, SA	-274,67	-1.426,78	-1.701,45
Liberty Europeia de Seguros	-201,04	18.978,28	18.777,24
Lusitânia Companhia de Seguros, SA		30.915,92	30.915,92
Macif Portugal Companhia de seguros, SA		3.859,24	3.859,24
Real	-217,25	-150,98	-368,23
Global	-19,31	312,16	292,85
Mapfre	66,69	-10,90	55,79
Prevoir		1.215,96	1.215,96
EuroVida	117,05		117,05
Tranquilidade Companhia de Seguros, SA	969,16	15.557,22	16.526,38
Vitoria Companhia de Seguros, SA		20.934,71	20.934,71
Zurich Companhia Seguros Vida, SA	2.976,62		2.976,62
Zurich Insurance Plc - Sucursal em Portugal		178.994,91	178.994,91
Total	4.871,33	555.784,52	560.655,85
Comissões extra estimadas para 2013			38.402,61
Total			599.058,46

1 d) e 2 a)

Açoreana Companhia de Seguros, SA	25,99%
Zurich Insurance Plc - Sucursal em Portugal	31,93%
Zurich Companhia Seguros Vida, S.A.	0,53%
Generali Companhia de Seguros, SA	17,16%
Generali Vida Companhia de Seguros, S.A.	0,45%
Axa Companhia de Seguros, SA	-7,67%
Axa Companhia de Seguros Vida, S.A.	-1,17%
Allianz Portugal Companhia Seguros, SA	5,09%
April	7,56%
Tranquilidade Companhia de Seguros, SA	2,95%
AIG – Chartis	0,30%
ARAG	0,01%
Best Doctors, Inc	0,02%
Fidelidade Mundial Companhia de Seguros, S.A.	3,49%
Império Bonança Companhia de Seguros, S.A.	-0,30%
Liberty Europeia de Seguros	3,35%
Lusitânia Companhia de Seguros, S.A.	5,51%
Macif Portugal Companhia de Seguros, S.A.	0,69%
Real	-0,07%
Global	0,05%
Mapfre	0,01%
Prevoir	0,22%
EuroVida	0,02%
Companhia de Seguros Vitoria Vida	0,16%
Vitoria Companhia de Seguros, SA	3,73%

1 g) Apresenta-se da seguinte forma:

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos em cobrança às empresas de seguros, que respeitam a prémios de resseguro já transferidos pelas empresas de resseguro		
Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar		
- MACIF - Sagres	194,33	
- Açoreana	9.860,06	
- Fidelidade	3.048,98	
- Tranquilidade	377,06	
- Victoria	1.344,31	
- Allianz	1.954,23	
- Imperio	218,88	
- Lusitania	2.000,05	
- Zurich	2.804,05	
- Real - Vida	19,48	
- Açoreana - Vida	22,47	
- Zurich - Vida	862,34	
- Prevoir	1.215,96	
- Generali	10.568,72	
- Generali - Vida	592,98	
- Liberty	9.824,12	
- Axa - Vida	14.092,86	
- Vitoria - Vida	49,40	
- Tranquilidade - Vida	101,63	
Total	59.482,91	
Cheques emitidos e não descontados a 31.12.2013	-7.054,57	
Total conforme Balanço	52.428,34	0,00
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)	16.319,15	

Ver Nota 10.

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro:		
- Axa		79.910,33
Total		79.910,33
Cheques emitidos e não descontados a 31.12.2013		34.872,18
Total conforme Balanço		114.752,51
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro		
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)		
		117.427,66 €

Ver Nota 19.

28. Perda de metade do Capital Social

Como evidenciado no Balanço a 31 de Dezembro de 2013, os capitais próprios são negativos 49.519,20 euros.

Espera-se que seja formalizada em 2014 a mudança da detenção do capital da sociedade, passando o mesmo a ser detido por um conjunto de novos accionistas.

De forma a suprir as necessidades de financiamento e a cumprir o artigo 35 do Código das Sociedades Comerciais será proposto aos accionistas o reforço dos capitais próprios da empresa numa das seguintes opções:

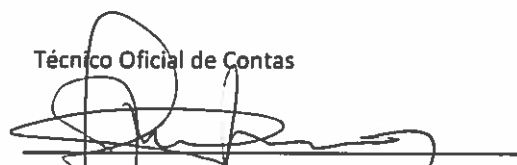
- . realização de prestações acessórias
- . realização de entradas para cobertura de prejuízos
- . aumento de capital próprio.

29. Acontecimentos após a data de balanço

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão em 30 de Maio de 2014 pela Administração.

Não foram recebidas informações adicionais que alterem as demonstrações financeiras apresentadas.

Técnico Oficial de Contas



Alberto Carlos Silva Almeida Vagarosó

O Conselho de Administração



Ricardo Botelho Barbosa Pinto
dos Santos



António Manuel Godinho Ribeiro



Marco Artur Nunes Carrondo de
Oliveira

